

Artigo Científico

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO NA APA DO IGARAPÉ GELADO, AMAZÔNIA BRASILEIRA

Vanessa Melo de Jesus¹

Laila Mayara Drebes¹

¹ Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) / Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), Marabá-Pará / Brasil

Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar a criação e a consolidação de uma associação de mulheres em uma unidade de conservação da natureza situada na Amazônia Oriental: a Associação de Mulheres Camponesas Filhas da Terra, localizada na Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado, no município de Parauapebas, estado do Pará. Trata-se de um recorte da dissertação produzida pela autora e orientada pela coautora, em que os dados utilizados foram coletados por meio de entrevistas e observações com 7 mulheres rurais vinculadas à Associação. Os resultados evidenciam que apesar dos avanços em termos de autonomia econômica e valorização do trabalho de reprodução, a Associação de Mulheres Camponesas Filhas da Terra reforça aspectos tradicionais da divisão sexual do trabalho e deixa de abordar questões mais amplas, de interesse coletivo, como os impactos socioambientais da mineração e as dinâmicas de exploração do território.

Palavras-chave: Área de proteção ambiental. Divisão sexual do trabalho. Mineração.

Association of women, sexual division of labor, and entrepreneurship in the Igarapé Gelado Environmental Protection Area, Brazilian Amazon

This study aims to analyze the creation and consolidation of a women's association within a nature conservation unit located in the Eastern Amazon: the *Associação de Mulheres Camponesas Filhas da Terra* (Daughters of the Land Peasant Women's Association), situated in the Igarapé Gelado Environmental Protection Area, in the municipality of Parauapebas, state of Pará. This text is an excerpt from the master's thesis produced by the author under the supervision of the coauthor, in which the data used were collected through interviews and observations with seven rural women associated with the organization. The results show that, despite advances in terms of economic autonomy and the recognition of reproductive labor, the Daughters of the Land Peasant Women's Association reinforces traditional aspects of the sexual division of labor and fails to address broader issues of collective interest, such as the socio-environmental impacts of mining and the dynamics of territorial exploitation.

Keywords: Environmental protection area. Sexual division of labor. Mining.

Asociación de mujeres, división sexual del trabajo y emprendimiento en el Área de Protección Ambiental del Igarapé Gelado, Amazonía Brasileña

El presente estudio tiene como objetivo analizar la creación y la consolidación de una asociación de mujeres en una unidad de conservación de la naturaleza situada en la Amazonía Oriental: la Asociación de Mujeres Campesinas Hijas de la Tierra, ubicada en el Área de Protección Ambiental del Igarapé Gelado, en el municipio de Parauapebas, estado de Pará. Se trata de un recorte de la disertación elaborada por la autora y orientada por la coautora, en la cual los datos utilizados fueron recolectados mediante entrevistas y observaciones con siete mujeres rurales vinculadas a la Asociación. Los resultados evidencian que, a pesar de los avances en términos de autonomía económica y valorización del trabajo reproductivo, la Asociación de Mujeres Campesinas Hijas de la Tierra refuerza aspectos tradicionales de la división sexual del trabajo y deja de abordar cuestiones más amplias, de interés colectivo, como los impactos socioambientales de la minería y las dinámicas de explotación del territorio.

Palabras clave: Área de protección ambiental. División sexual del trabajo. Minería.

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.18236845>

ISSN: 2359-6252

Editor-chefe: Vinicius de Souza Moreira

Editora-adjunta: Letícia Lima Milani Rodrigues

Artigo submetido em 09 de dezembro de 2025 e aceito para publicação em 13 de janeiro de 2026



1. INTRODUÇÃO

Em termos de organização social de agricultores, associações, cooperativas e sindicatos se destacam, cada qual com suas características e finalidades. No caso das associações, são resumidamente compreendidas como sociedades civis sem fins lucrativos destinadas a defender interesses variados de seus associados, fortalecendo-os enquanto coletivo. Todavia, de acordo com Lüchmann (2014), a tarefa de elaborar uma conceituação de associação a partir de características e finalidades gerais que permitam certas especificações, mas sem produzir reduções e simplificações, é difícil em virtude da pluralidade de práticas associativas.

Logo, assim como as práticas associativas são diversas, também o são as consequências das associações para a vida social, implicando: na socialização dos indivíduos; na reprodução, integração ou transformação social; no desenvolvimento econômico; nas estruturas de pertencimento e de identidade cultural; entre outras. Contudo, de modo geral, espera-se que as associações desempenhem um papel central para o desenvolvimento de virtudes democráticas, fomentando o engajamento cívico, ou seja, o comprometimento dos grupos sociais com as questões públicas (Lüchmann, 2014).

Apesar de tal expectativa, Lüchmann (2014) explica que as associações não estão imunes a desigualdades, conflitos e relações de poder, podendo mascarar condições e interesses antidemocráticos. Nas palavras da autora: as “associações podem promover ódio, discriminação, intolerância, violência, desigualdades” (Lüchmann, 2014, p. 173), pois afinal “são criadas pelos indivíduos e setores sociais, econômicos e políticos, obedecendo aos interesses variados e contrastantes, para a reprodução ou a mudança social, para a privatização e/ou manutenção de privilégios, ou ainda para a alteração das relações de poder” (Lüchmann, 2014, p. 173).

Lüchmann (2014) acrescenta que é comum que associações que desempenham um tipo de função sejam incapazes de exercer outras. Na visão da autora, as associações são reflexos da complexidade social na qual estão inseridas, portanto a presença de riscos de manipulação e monopolização relativas à dinheiro, poder e prestígio são constitutivas dessas organizações, nas quais também é possível encontrar relações políticas e mercadológicas.

No presente artigo¹, discutiremos o caso de uma associação de mulheres agricultoras que é organizada em virtude da percepção da divisão sexual do trabalho e, conseqüentemente, do não reconhecimento do trabalho de reprodução realizado pelas mulheres. A associação se configura em torno da remuneração do cultivo e do preparo de alimentos, isto é, do que podemos denominar de processo de “produtivização” do dito trabalho de reprodução, mas sem necessariamente debater e tensionar a divisão sexual do trabalho responsável pela estruturação dessa hierarquia entre gêneros. Além do mais, trata-se de uma associação onde o discurso de empreendedorismo, impulsionado por agentes externos, estimula ganhos individuais em detrimento da democracia, cidadania e reflexão crítica sobre a realidade num complexo contexto de unidade de conservação da natureza de uso sustentável atravessada pela exploração minerária e seus impactos ambientais, econômicos e sociais em plena Amazônia brasileira.

O objetivo da pesquisa consiste em analisar a criação e consolidação da Associação de Mulheres Camponesas Filhas da Terra, localizada na Área de Proteção Ambiental (APA) do Igarapé Gelado, no município de Parauapebas, estado do Pará, considerando a discussão referente à divisão sexual do trabalho e ao empreendedorismo. O problema que norteou a condução da pesquisa foi: quais circunstâncias sociais motivaram as mulheres vinculadas à unidade de conservação da natureza da APA do Igarapé Gelado de Parauapebas-PA a constituir a Associação de Mulheres Camponesas Filhas da Terra?

Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado elaborada pela autora (Jesus, 2025) e orientada pela coautora no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA),

¹Artigo apresentado no 63º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), GT05. Agricultura familiar e relações de gênero no meio rural, no ano de 2025, em Passo Fundo/RS.

pertencente à Área Interdisciplinar da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Na elaboração deste artigo foram utilizados os dados coletados em pesquisa de campo realizada entre os meses de maio e junho de 2024, por meio de entrevistas com roteiro semiestruturado e observações assistemáticas conduzidas com sete mulheres: uma delas, a atual presidenta, e as outras seis, membros da associação. A participação das mulheres na pesquisa adotou a técnica de bola de neve, sendo que as primeiras associadas contatadas que toparam participar da pesquisa indicaram outras e assim sucessivamente. As entrevistas findaram quando foi alcançado o ponto de saturação empírica, isto é, quando as informações buscadas por meio da técnica de coleta de dados começaram a se mostrar repetitivas. As questões propostas para essas mulheres e aqui analisadas foram direcionadas à compreensão dos motivos e dos processos de criação e consolidação da organização social, das atividades desenvolvidas como associadas e das razões para se filiarem à associação. Importante mencionar ainda que se trata de um estudo de natureza qualitativa e que os dados da pesquisa de campo foram analisados por meio da metodologia de análise de conteúdo.

O artigo encontra-se assim organizado a partir desta introdução: na sequência, trazemos uma seção de contextualização da ocupação, criação e dinâmicas atuais da APA do Igarapé Gelado, sem a intenção de exaurir o tópico; em seguida, nos debruçamos sobre a criação e a consolidação da Associação de Mulheres Camponesas Filhas da Terra sob a ótica da divisão sexual do trabalho; depois disso, analisamos a inserção do discurso empreendedor no cerne da Associação; e, por fim, apresentamos as considerações finais.

2 A APA DO IGARAPÉ GELADO E OS ATRAVESSAMENTOS DA MAIOR JAZIDA DE MINÉRIO DE FERRO A CÉU ABERTO DO MUNDO

Parauapebas, município amazônico da região sudeste paraense, localizado há aproximadamente 700 km da capital Belém, confunde-se com a história da exploração minerária no território em dois sentidos: no que tange ao garimpo de Serra Pelada e em relação à operação da Companhia Vale do Rio Doce (hoje apenas Vale S/A).

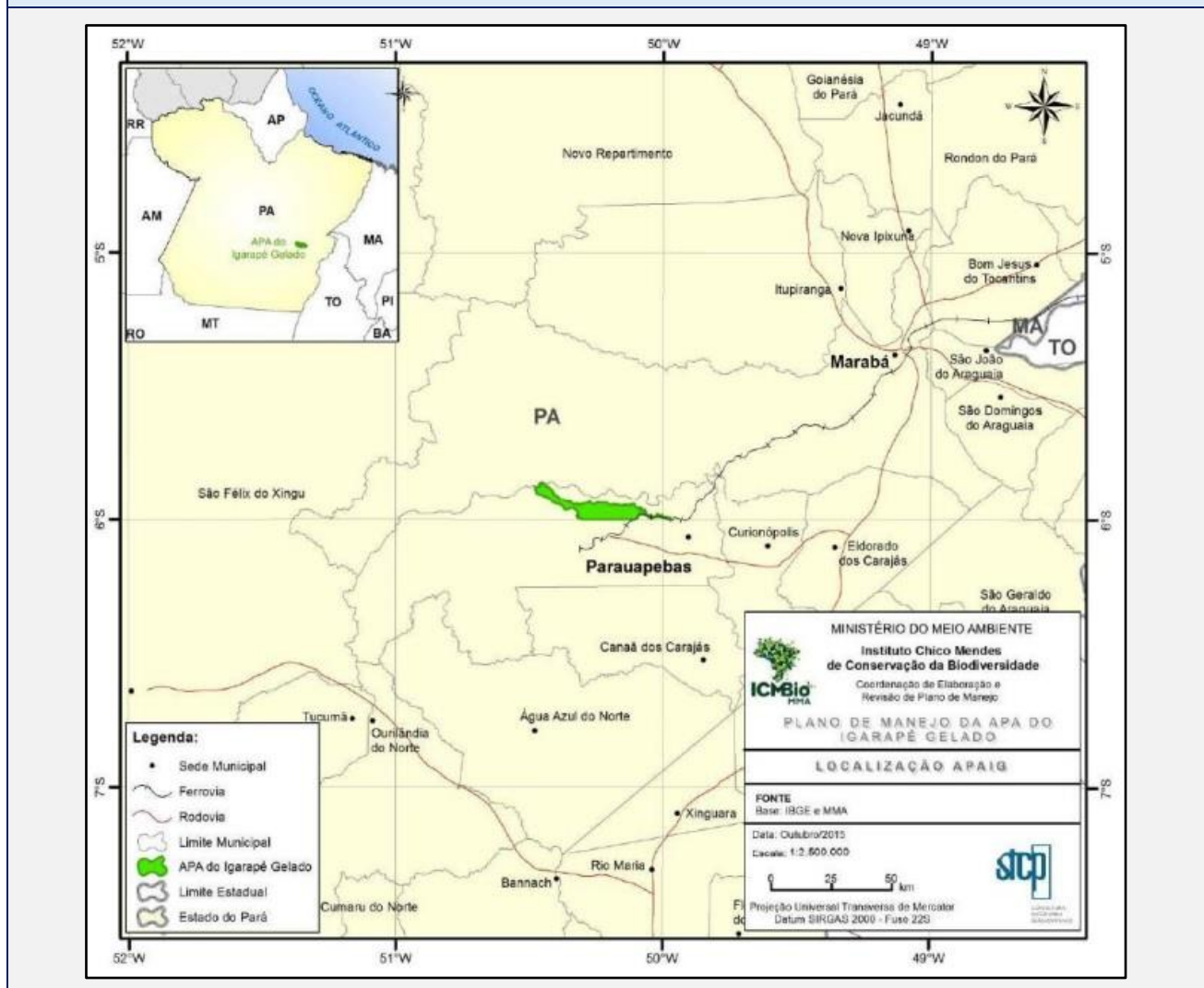
No início da década de 1970, foi descoberto ouro em Serra Pelada, localizada onde hoje é o município de Curionópolis. Isso ocasionou intenso fluxo migratório para a região em busca de riqueza, desencadeando um processo de urbanização desordenada que culminou no surgimento de municípios nas redondezas, entre os quais está Parauapebas. Além disso, no final dos anos 1960, foram descobertas jazidas de minério de ferro na Serra dos Carajás, onde, atualmente, fica o próprio município de Parauapebas, que começaram a ser efetivamente exploradas no começo da década de 1980 pela então Companhia Vale do Rio Doce (Souza, 2011; Souza, 2024).

Assim, com a abertura da exploração da Serra dos Carajás (início da década de 1980) e com o fechamento de Serra Pelada (início da década de 1990), o fluxo de pessoas para Parauapebas se intensificou ainda mais (Souza, 2011; Souza, 2024). Como a APA do Igarapé Gelado situa-se em área vizinha à Serra dos Carajás (limitada em seu extremo sudeste pela Estrada de Ferro Carajás), o território experienciou todos esses fluxos migratórios relacionados à exploração minerária, assim como sofreu e ainda sofre com as consequências dessa atividade geradora de grandes impactos, sobretudo, ambientais. Coelho (2015) destaca: a construção e manutenção de represas de rejeitos; a contaminação, destruição e assoreamento de rios e reservatórios de água; a poluição sonora causada por explosões e movimentação de carga; a destruição de sítios arqueológicos; a remoção de biomas no local da cava; entre outros.

É importante destacar que a criação da APA do Igarapé Gelado aconteceu oficialmente no ano de 1989, por interesses da própria Companhia Vale do Rio Doce. Hoje a APA do Igarapé Gelado é considerada Unidade de Conservação (UC) da Natureza de uso sustentável, criada através do Decreto 97.718 de 5 de maio de 1989, quando o território passou a ser gerido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Desde 2007, o território é gerido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), como prevê a legislação referente ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (Brasil, 2000). Na

Figura 1, a seguir, é possível visualizar a localização tanto do município de Parauapebas, como da APA do Igarapé Gelado.

Figura 1 - Mapa de localização da APA do Igarapé Gelado, em Parauapebas, Pará



Fonte: Plano de Manejo da APA do Igarapé Gelado (ICMBio, 2015, p. 22).

Ressalta-se que uma Unidade de Conservação da Natureza “é um território protegido por lei com limites definidos, criado pelo poder público, sob administração de um órgão competente, com objetivos específicos de proteção da natureza” (ICMBio, 2017). A definição de Área de Proteção Ambiental é “uma unidade de conservação de categoria uso sustentável, designada para proteger e conservar a qualidade ambiental, aprimorar a qualidade de vida da população local e para a proteção dos ecossistemas regionais” (ICMBio, 2017). Portanto, a APA se configura como um território destinado a equilibrar a preservação da natureza com a reprodução social da comunidade e para isso são estabelecidos alguns regramentos previstos principalmente em um documento específico denominado de Plano de Manejo.

Dessa maneira, residir e trabalhar em uma APA possui suas especificidades. As mulheres que participaram da pesquisa trouxeram à tona em seus relatos restrições relacionadas ao uso e manejo dos recursos naturais no território, principalmente em relação ao desmatamento, à caça e à pesca: “A gente não pode desmatar, a gente tem que preservar, a gente não pode caçar né.” (Entrevistada 02); “A gente não pode derrubar, não pode queimar, né? [...] Tudo é fiscalizado, entendeu? [...] Na minha opinião, no meu conhecimento é isso. Preservar a natureza, entendeu?” (Entrevistada 04); “E eu só sei

que é uma área de a gente proteger né, mas assim no termo de caça, no termo de pesca, no termo de desmatar e temos que morar e preservar. [...] eles falaram que a gente ia ter uma assistência, pra não desmatar, pra não pescar, pra não caçar, mas aí, também ficou no papel.” (Entrevistada 05); “Você não pode mexer sem autorização, porque o pessoal, eles protegem ali também tanto a fauna quanto a flora né, que ali tem bichos que tão... podem entrar em extinção [...] porque não pode mexer sem uma autorização e se mexer vai preso, então é bom por isso.” (Entrevistada 07).

Atualmente, como descrito no próprio Plano de Manejo do território, a APA do Igarapé Gelado, em grande medida, é ocupada por ex-garimpeiros das serras das redondezas, que buscaram permanecer na região por meio de atividades agrícolas. A expectativa inicial era de que o território fosse transformado em um assentamento de reforma agrária. Existem relatos de intensos conflitos fundiários entre a população local e a Companhia Vale do Rio Doce, envolvendo expulsão de moradores e vandalismo contra suas posses (ICMBio, 2015).

O assentamento de reforma agrária nunca se concretizou: a Companhia Vale do Rio Doce interveio no processo, requerendo a criação de uma Área de Proteção Ambiental. Estudos como o de Santos e Moreira (2020) levam a crer que esta tenha sido uma estratégia de manutenção de poder sobre esse território por parte da empresa mineradora. Junto com outras unidades de conservação e terras indígenas, a APA do Igarapé Gelado constitui o chamado Mosaico de Carajás: um espaço de aproximadamente 1,2 milhões de hectares ambientalmente protegidos, mas apropriados e utilizados para extração mineral pela Vale S/A sob o discurso de cuidado com a natureza (Santos; Moreira, 2020).

Embora não ocorra atividade de lavra dentro da APA do Igarapé Gelado, nas proximidades estão situadas duas barragens de rejeitos de mineração pertencentes à Vale S/A: a do Gelado (de maior porte, para a qual é destinado praticamente todo o rejeito oriundo do processo das minas de ferro e manganês) e a do Geladinho (de menor porte, destinada à contenção dos finos carreados pelos sistemas de drenagem pluvial).

O fato de existir um controle de segurança atrelado às barragens de rejeitos, não exime a APA do Igarapé Gelado e seus arredores de serem consideradas áreas de risco. Locais que abrigam tais estruturas, padecem da possibilidade, mesmo que remota, de episódios catastróficos como o de Mariana/MG (2015) e Brumadinho/MG (2019). Não à toa, ao circular pela APA do Igarapé Gelado, são encontradas placas de alerta informando como proceder no caso de rompimento das barragens de rejeito (Figura 2).

Embora as relações da Vale S/A com o território da APA do Igarapé Gelado não sejam o foco deste estudo, essa breve contextualização é necessária pois, como será possível perceber na próxima seção, o processo de criação e de consolidação da Associação de Mulheres Camponesas Filhas da Terra recebeu contribuições da empresa mineradora. Ainda assim, as relações entre unidade de conservação e mineradora são, no mínimo, contraditórias, como explicaram as próprias mulheres associadas, já que as restrições que são aplicadas aos agricultores que residem na APA não parecem se aplicar à empresa.

A Vale [...] eu acho que ela deixa muito a desejar. Porque a Vale, ela só tá tirando tudo o que nós temos aqui nas nossas terras, e deixando. E aí quando a pessoa vai trabalhar, ganha aquele “salarin”, que as vezes é necessário trocar de turno [...]. Então eu acho que aqui a gente veve pela fé. (Entrevistada 05)

[...] a Vale [...] pra que que precisa daquilo, precisa de tanto né? Todo dia um bocado, todo dia, todo dia, mas a gente vê que ali, tem pessoas que trabalham ali né, pessoas que dependem e necessitam trabalhar ali, mas a gente fica assim meio... por que que precisa de tanto minério? Meu Deus pra que tanto minério é esse? (Entrevistada 06)

Com essa seção, nossa intenção foi apresentar um breve panorama do contexto de inserção da Associação das Mulheres Camponesas Filhas da Terra, considerando que não é possível apartar as experiências de tais mulheres das dinâmicas do território em que vivem, margeado por grandes projetos desenvolvimentistas vinculados à maior jazida de minério de ferro a céu aberto do mundo.

Figura 2 - Placa de orientação para caso de rompimento de barragem de rejeito minerária localizada na APA do Igarapé Gelado, em Parauapebas, Pará



Fonte: Jesus (2022).

3 A ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CAMPONESAS FILHAS DA TERRA DA APA DO IGARAPÉ GELADO E SUAS CONTRADIÇÕES EM TORNO DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Como mencionado anteriormente, a criação da Associação de Mulheres Camponesas Filhas da Terra na APA do Igarapé Gelado guarda relação com a percepção da divisão sexual do trabalho na agricultura. Para a pesquisadora Maria Ignez Paulilo, referência brasileira em estudos sobre mulheres e relações de gênero nas áreas rurais, o trabalho das mulheres é rotulado como “ajuda” no âmbito produtivo e como “leve” no âmbito reprodutivo em virtude da desvalorização da figura feminina como trabalhadora (Paulilo, 1987).

Neves e Medeiros (2013) explicam que, historicamente, os homens têm sido associados às atividades capitalistas e remuneradas, realizadas no espaço público, e as mulheres às atividades domésticas e de cuidado, não remuneradas, realizadas no espaço privado. Assim, na divisão sexual do trabalho, as mulheres ocupam um lugar desvalorizado, pois o trabalho de reprodução – por ser gratuito – não é considerado verdadeiramente como um trabalho.

Federici (2021; 2022) elucida que o trabalho de reprodução, atribuído às mulheres, consiste em um conjunto de atividades que sustentam a vida cotidiana e a força de trabalho, mas que não são visibilizadas nem remuneradas. Essas atividades são fundamentais para a reprodução da força de trabalho e, portanto, para o funcionamento do capitalismo, incluindo tarefas como cuidar de crianças,

idosos, doentes, além de atividades domésticas como cozinhar, limpar e fazer compras. A invisibilidade desse trabalho é uma forma de exploração que afeta principalmente as mulheres, que são frequentemente responsáveis pela maior parte dessas tarefas. Nos termos de Siliprandi (2012, p. 150):

A invisibilidade do trabalho doméstico e das tarefas relacionadas com o cuidado e com a reprodução da vida reforça o não reconhecimento das mulheres como agentes econômicos que ocupam um lugar específico dentro do capitalismo, como se fosse possível prescindir desse trabalho, fundamental para a manutenção e reprodução dos trabalhadores e de toda a sociedade.

Nas atividades agrícolas, a divisão sexual do trabalho também é percebida. Enquanto os homens são os responsáveis pelo espaço da produção das culturas vegetais e das criações animais que são comercializadas e geram renda para a família, as mulheres tendem a ser relegadas ao espaço da casa e do quintal, onde os principais trabalhos são de subsistência. Às mulheres cabe limpar a casa, cuidar das crianças, cuidar da produção do quintal, onde costumam ficar os espaços da horta, do pomar e da criação de pequenos animais, que serão utilizados para preparar as refeições da família, além de ajudar os homens nas atividades de produção. Portanto, cozinhar é um dos papéis de gênero atribuídos às mulheres rurais no âmbito da dinâmica de divisão sexual do trabalho.

Antes do surgimento da Associação de Mulheres Camponesas Filhas da Terra, havia na APA do Igarapé Gelado uma associação geral de agricultores, intitulada Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Área de Proteção Ambiental (APROPA). Tal associação existe até os dias atuais e é uma organização social bastante politizada, que inclusive discute sobre as consequências da exploração minerária sobre a unidade de conservação.

As mulheres acompanhavam seus cônjuges nas reuniões da APROPA. Todavia, não se sentiam representadas nas pautas apresentadas e não se sentiam à vontade para reivindicar suas próprias pautas nesse ambiente dominado por homens e pelos seus interesses masculinos em termos de produção agrícola, muito focados na pecuária de corte, comum em Parauapebas e região: “[...] nós como era mulher, só ia pra reunião dos homens, e aí ficava lá só ouvindo as coisas dos homens, a gente não tinha nosso espaço [...]” (Entrevistada 05); “[...] só tinha a associação dos homens né, aí as mulheres ficaram meio que de canto, sabe?” (Entrevistada 06).

Por meio dos relatos das entrevistadas, foi possível perceber que o foco das reuniões da APROPA eram as atividades consideradas como trabalho produtivo na agricultura, menosprezando uma série de atividades vinculadas ao chamado trabalho de reprodução realizado pelas mulheres, principalmente no que diz respeito ao trabalho nos quintais com frutíferas, olerícolas e pequenos animais domésticos, e com a fabricação de alimentos a partir desses produtos *in natura*. Dessa forma, as mulheres não tinham voz nem vez para reivindicar crédito para seus projetos pessoais/profissionais.

É porque assim, tinha só a associação dos homens né [APROAPA], aí as mulheres queriam projetos também pra trabalhar, porque só era... tinha projeto só pra homem. E a gente sempre queria ganhar alguma coisa e nunca vinha nada pra gente. Aí surgiu a ideia de juntar as mulheres que tinham na época e criar uma associação [...]. Aí abrimos a associação pra que a gente [mulheres] pudesse ganhar projetos também. A gente tinha vontade de ter um galinheiro, de mexer com essas coisas e às vezes não vinha essas coisas, só vinha maquinário, pro homem trabalhar na roça [...]. (Entrevistada 03)

Embora a APROPA fosse a associação dos produtores rurais da APA do Igarapé Gelado, sem nenhum critério de gênero, as mulheres não se sentiam verdadeiramente parte de tal coletivo, como verbalizaram nos trechos acima destacados, dizendo que a APROPA era a associação, a reunião, o espaço “dos homens”.

A Associação de Mulheres Camponesas Filhas da Terra teve o seu primeiro registro como forma de associação civil em 23 de março de 2004, o que significa que já possui mais de 20 anos de

existência. Seu principal objetivo consiste em valorizar as mulheres, promovendo direitos sociais para suas associadas e ações de apoio à agricultura, cultura, educação, esporte e lazer.

O nome da associação, “Filhas da Terra”, fundamenta-se no fato de todas as mulheres fundadoras terem sido agricultoras, que em seus quintais, obtinham diversos produtos de origem animal e vegetal e ainda transformavam alguns deles em “geleias”, “bolos”, “pães”, “doces”, “licores” e “quitutes”. Embora na atualidade as mulheres possuam um espaço próprio, com escritório, sala de recepção, uma cozinha industrial e dois depósitos, a associação iniciou com reuniões à sombra de uma árvore.

Atualmente, a associação conta com um total de vinte e seis mulheres associadas. No entanto, é importante explicar que, como foi explicado pelas entrevistadas, a ideia de criação da associação não partiu propriamente dessas mulheres, mas foi sugerida a elas diante de seus relatos de insatisfação com a APROAPA. Para dar esse passo emancipatório em direção à criação de sua própria associação, as mulheres da APA do Igarapé Gelado receberam incentivo do ICMBio e da Vale S/A.

Originalmente, a provocação para a criação da Associação de Mulheres Camponesas Filhas da Terras veio de uma funcionária da empresa mineradora, que questionou as associadas da APROAPA do porquê não criar uma associação somente para as mulheres e seus projetos. Esse episódio corrobora a constante interferência da Vale S/A nas dinâmicas da APA do Igarapé Gelado, inclusive nas dinâmicas organizativas, políticas e sociais, tal como relatado na seção anterior.

Não somente, a consolidação da associação também foi impulsionada pelo financiamento da empresa mineradora, que permitiu a especialização e a qualificação das mulheres associadas na transformação de alimentos *in natura* em alimentos processados, de maior valor agregado. Atualmente, a empresa mineradora também tem apoiado o processo de transformação da associação em uma cooperativa, com vistas a facilitar a comercialização dos produtos alimentícios produzidos pelas associadas.

Porém, não se pode deixar de observar que a organização social dessas mulheres, embora importante para sua autonomia, acaba reforçando papéis de gênero estereotipados, vinculados ao espaço doméstico, como a fabricação de produtos alimentícios a partir do cultivo no quintal. A história da Associação de Mulheres Camponesas Filhas da Terra é a história de retirada das mulheres de um coletivo mais amplo e politizado, para sua concentração nos espaços e nos trabalhos do quintal e da cozinha sem a devida problematização da divisão sexual do trabalho e das relações e papéis de gênero.

Nesse sentido, trata-se de uma associação de finalidade bastante restrita, onde as discussões sobre democracia, cidadania e superação de problemas públicos e complexos se perdem em prol da ascensão de um discurso empreendedor e individualizante ancorado na permanência da divisão sexual do trabalho.

4 AS FILHAS DA TERRA ROMPENDO COM A POLÍTICA DOS COMUNS POR MEIO DO DISCURSO DE EMPREENDEDORISMO

Ao iniciar o estudo sobre a Associação de Mulheres Camponesas Filhas da Terra da APA do Igarapé Gelado, as primeiras impressões sobre as iniciativas coletivas e solidárias dessas mulheres dentro de uma unidade de conservação da natureza no bioma amazônico conduziram à reflexão sobre uma possível identificação das atividades da associação com a política dos comuns, tal como teorizada pela intelectual feminista marxista Silvia Federici.

De acordo com Federici (2021; 2022), certos recursos e bens – como a terra, a água, a saúde, a educação e até mesmo o conhecimento – devem ser geridos coletivamente, em vez de serem privatizados ou controlados por instituições estatais ou corporativas. Esta seria uma forma de recuperar e valorizar o trabalho não remunerado, muitas vezes realizado por mulheres, que sustenta a vida cotidiana.

De um ponto de vista feminista, uma das atrações exercidas pela ideia dos comuns é a possibilidade de superar o isolamento em que as atividades de reprodução são realizadas e a separação entre as esferas privada e pública, que tanto têm contribuído para esconder e racionalizar a exploração das mulheres na família e no lar (Federici, 2021, p. 17).

De fato, nas experiências da Associação de Mulheres Camponesas Filhas da Terra, foram encontradas algumas características que se assimilam com a noção da política de comuns, como por exemplo, o fato de a Associação ser configurada por processos coletivos de tomada de decisão, através de assembleias, que representam a democracia direta. Todavia, à medida em que o estudo foi sendo aprofundado, também foram encontradas outras características, não tão visíveis à primeira vista, que afastam as experiências desse coletivo da noção de política dos comuns. Em complemento a este conceito, Federici (2022, p. 89) escreve que:

Situada no meio do caminho entre o “público” e o “privado”, mas irredutível a qualquer uma dessas categorias, a ideia de “comuns” expressa uma concepção mais ampla de propriedade, referindo-se a bens sociais – terras, territórios, florestas, campos e córregos, ou espaços comunicativos – que são possuídos, administrados e controlados coletivamente por uma comunidade, e não pelo Estado ou por qualquer indivíduo.

De certa maneira, a APA do Igarapé Gelado, por ser uma unidade de conservação da natureza do tipo uso sustentável (que visa compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais), está no meio do caminho entre o público e privado. As mulheres e suas famílias vivem em lotes de terra e são responsáveis por essas áreas que se situam dentro da APA, uma área maior regulamentada pelo Estado, por meio do ICMBio.

Contudo, não é possível afirmar que as mulheres, a associação ou a população da APA possuem, administram e controlam coletivamente esse território. Mais próxima da realidade está a afirmação de que o Estado possui, administra e controla a APA do Igarapé Gelado através da ação do ICMBio, permitindo que essas mulheres, suas famílias e suas organizações coexistam nesse território com a natureza. E não se pode deixar de mencionar os atravessamentos dos interesses privados da mineradora Vale S/A em meio a essa realidade, que também exerce controle e interfere no território. Nesse sentido, a experiência aqui estudada se afasta da noção de política dos comuns.

Além disso, Federici (2021, p. 94-95) também defende que a política dos comuns envolve “práticas e perspectivas, adotadas globalmente por movimentos sociais, que hoje buscam expandir a cooperação social, destruir o controle do mercado e do Estado sobre nossa vida, promover o compartilhamento de riquezas e, dessa forma, dar fim à acumulação capitalista”. Aqui tem-se mais um ponto em que a experiência da Associação de Mulheres Camponesas Filhas da Terra não converge com a ideia de política dos comuns.

Embora a cooperação social esteja presente, a noção de compartilhamento de riquezas é questionável. Por meio da associação e, mais recentemente, da cooperativa, as mulheres estudadas são solidárias umas às outras para conseguirem uma inserção mercadológica dos seus produtos e capitalizarem-se individualmente. Os ganhos com os produtos alimentícios que elas cultivam e fabricam não são revertidos para o coletivo, pelo contrário: o coletivo é utilizado como meio para uma ascensão individual. Cada mulher guarda para si os ganhos financeiros obtidos com a comercialização dos alimentos que levam o nome da associação.

Essa individualização dentro da ação coletiva, divergindo com a política dos comuns, ficou visível nas entrevistas das mulheres quando estas empregaram o discurso do empreendedorismo, incentivado pela mineradora Vale S/A nos cursos financiados pela empresa e ofertados para a Associação de Mulheres Camponesas Filhas da Terra.

A associação para mim ela é uma fábrica de sonhos, porque ela não realiza só o meu sonho, mas ela realiza daquela sócia que tá entrando também, que ali não tem nada em vista, mas dali ela já sai dali com outro horizonte, já abre a mente, então eu digo que ali é uma fábrica de realização, porque quando vocês compram o nosso produto, quando alguém vem e compra, não tá comprando só um produto, tá comprando um sonho, um sonho de uma mulher de empreendedorismo, de uma mulher de se sustentar, de ajudar na renda familiar, de ajudar os seus filhos, pagar um curso, sabe o prazer de ir na rua e dizer isso aqui eu comprei com o meu trabalho, do curso que eu fiz? Isso não tem preço! Isso não tem nem explicação, assim não tem palavras para

explicar o quão grande é e satisfatório também sabe? Então assim eu vejo sempre a associação como uma fábrica de sonhos [...] (Entrevistada 02)

Os nossos pontos fortes é que ali nós temos mulheres que realmente elas querem crescer, empreender, e ali não tem corpo mole não! As meninas são trabalhadeiras mesmo, estão com todo pique, com toda garra querendo mesmo colocar o produto delas pra ir pro mercado né, esse é um dos nossos pontos fortes porque a gente tem... é... como é que eu digo... os objetivos da gente são iguais nesse sentido entendeu, é o que a gente quer, a gente quer vender os nossos produtos e garantir a nossa renda, é isso que nós queremos [...]. (Entrevistada 02)

Nos tá super animada, então a associação pra nós, a expectativa é grande, a expectativa é de crescimento, de fortalecer entendeu, a pequena empreendedora, é tudo pra gente. (Entrevistada 03)

Tavares (2018) explica que o empreendedorismo é uma resposta ao desemprego, mas não deixa de se configurar como uma modalidade de trabalho informal sob um rótulo positivado de autonomia, que cria o imaginário de que “basta ser patrão”, às vezes de si mesmo, para alcançar o sucesso financeiro e a ascensão de classe social. Na visão da autora, o empreendedorismo consiste em uma transferência de responsabilidades que pertencem aos setores públicos e privados para o próprio trabalhador.

Pode-se afirmar que a criação da associação foi um processo importante na busca de autonomia por essas mulheres, no entanto o ideário de associativismo parece presente apenas no nome da associação. Isso porque as mulheres trabalham com uma perspectiva de empreendedorismo, muito incentivadas pela mineradora Vale S/A, situação que se torna fator de enfraquecimento do coletivo, sobretudo do ponto de vista crítico-reflexivo. Nesse caso, as mulheres buscam ganhos econômicos individuais, podendo perder de vista os objetivos coletivos da comunidade da APA e as consequências da exploração minerária do território, advindas das atividades da própria mineradora Vale S/A.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar a criação e consolidação da Associação de Mulheres Camponesas Filhas da Terra, localizada na Área de Proteção Ambiental (APA) do Igarapé Gelado, no município de Parauapebas, estado do Pará, considerando a discussão referente à divisão sexual do trabalho e ao empreendedorismo. Para isso, acionou dados coletados em pesquisa de campo de natureza qualitativa por meio da condução de entrevistas semiestruturadas e observações assistemáticas, os quais foram submetidos à análise de conteúdo.

A partir disso, constatou-se que a criação e a consolidação da Associação de Mulheres Camponesas Filhas da Terra emergem de tensões históricas ligadas à divisão sexual do trabalho e às desigualdades de gênero que estruturam as atividades agrícolas, de cunho familiar, na APA do Igarapé Gelado. Ao mesmo tempo em que a associação abriu caminhos para reconhecimento econômico e visibilidade pública das mulheres, ela também reproduziu limites importantes, sobretudo pela centralidade das atividades culinárias e do cultivo de quintal, que reafirmam papéis de gênero naturalizados.

A presença da mineradora Vale S/A, ao financiar cursos e impulsionar o discurso empreendedor, introduziu uma lógica individualizante que fragiliza o potencial político e coletivo da organização, afastando-a de perspectivas como a política dos comuns. O empreendedorismo promovido pela mineradora não apenas redefine o sentido da ação coletiva, mas atua como mecanismo de captura das energias políticas dessas mulheres, deslocando sua potência organizativa para formas de subjetivação alinhadas à lógica empresarial.

Em vez de fomentar a capacidade de reivindicar direitos, disputar políticas públicas ou tensionar a divisão sexual do trabalho, o estímulo à ideia de empreendedorismo reforça uma gramática individualizante que transforma cada associada em responsável por seu próprio sucesso

ou fracasso, obscurecendo as determinações estruturais que moldam suas vidas. Assim, a linguagem da autonomia econômica e da realização pessoal substitui debates sobre justiça de gênero, uso do território ou conflitos ambientais, contribuindo para a despolitização da experiência associativa.

Esse deslocamento também reposiciona a associação como vitrine de responsabilidade social empresarial, neutralizando críticas ao modelo minerário que produz profundas assimetrias econômicas e ecológicas na APA do Igarapé Gelado. Ao internalizarem esse discurso, as associadas tendem a reproduzir uma visão meritocrática que enfraquece o sentido de solidariedade ampliada e rompe com a possibilidade de construção de comuns feministas, que pressupõem redistribuição, autogestão e enfrentamento das hierarquias de gênero e capital.

Assim, a associação se encontra tensionada entre avanços e contradições: amplia oportunidades materiais e simbólicas para suas integrantes, mas restringe o debate crítico sobre gênero, território e poder na unidade de conservação. Essa ambivalência sugere a necessidade de fortalecer processos formativos que articulem autonomia econômica a práticas democráticas, ampliem a capacidade de ação coletiva e resgatem dimensões políticas que situem as mulheres como sujeitas ativas na disputa pelos rumos do território.

Apesar dos limites metodológicos apresentados pelo estudo, que se debruça sobre uma única associação de mulheres em uma única unidade de conservação da natureza em contexto amazônico atravessado pela atividade minerária, o artigo se destaca por sua contribuição para o diálogo crítico entre feminismo marxista, associativismo e discurso empreendedor. Para aprofundamento de tal agenda de pesquisa, sugere-se a realização de novos estudos em outras organizações coletivas de mulheres em contextos semelhantes.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 19 jul. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm#:~:text=LEI%20No%209.985%2C%20DE%2018%20DE%20JULHO%20DE%202000.&text=Regulamenta%20o%20art.,Natureza%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 08 dez. 2025.
- COELHO, Tádzio Peters. Impactos e mineração da Vale S/A em Parauapebas. In: BARROS, Joana; GUTTERRES, Anelise; SILVA, Evanildo Barbosa da (Orgs.). **BRICS: tensões do desenvolvimento e impactos socioambientais**. Rio de Janeiro: FASE, 2015. p. 47-62. Disponível em: rosalux.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Caderno_Debates4_web-1.pdf#page=49. Acesso em: 12 jan. 2026.
- FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. v.1. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FEDERICI, Silvia. **Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns**. São Paulo: Elefante, 2022.
- ICMBio. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado**. Parauapebas, PA, 2015. 367 f. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/apa-do-igarape-gelado/arquivos/dcom_plano_de_manejo_ap_a_igarape_gelado.pdf. Acesso em: 08 dez. 2025.
- ICMBio. **Resumo executivo: Plano de manejo da área de proteção ambiental do Igarapé Gelado**. Curitiba- PR, 2017.
- JESUS, Vanessa Melo de. **Associação de mulheres em unidade de conservação da natureza na Amazônia**. 94f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá/PA, 2025.
- LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.29, n.8, p.159-226, jun. 2014. Disponível em: scielo.br/j/rbcsoc/a/dKQNRMfDBnkZ6F59xpW6wYF/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 24 nov. 2025.
- NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.
- PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência**. Santa Catarina, n. 28, 1987.
- SANTOS, Andréia Aparecida Silvério dos; MOREIRA, Edma Silva. Mineração e unidades de conservação: as tramas para garantir a exploração mineral em Carajás. In: MOREIRA, Edma Silva; REPETTO, Maxim; TEIXEIRA, Simone. (Orgs.). **Diálogos críticos sobre Sociedade e Estado: reflexões desde o Projeto de Cooperação Acadêmica na Amazônia**. Boa Vista: Editora da UFRR / Campos dos Goytacazes: EDUENF, 2020.
- SILIPRANDI, Emma. A alimentação como um tema político das mulheres. **Ariús**, v. 18, n. 1, p. 143-158, jan./jun. 2012. Disponível em: http://150.165.109.1/revista_arius/01_revistas/v18n1/00_ariis_v18_n1_2012_edicao_completa.pdf#page=143. Acesso em: 16 dez. 2024.
- SOUZA, Charles Benedito Gemaque. A vulnerabilidade social no entorno dos grandes projetos na Amazônia: o caso de Parauapebas (Pará, Brasil). **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium**, v. 2, n. 2, p. 238-255, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/braziliangeojournal/article/view/13650>. Acesso em: 12 jan. 2026.
- SOUZA, Michele Kely Moraes Santos. **A urbanização de Parauapebas/PA: a cidade produzida pela mineração**. 162 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade

Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2024.

Disponível em:

https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/34639/1/MicheleKelyMoraesSantosSouza_Tese.pdf. Acesso em: 12 jan. 2026.

TAVARES, Maria Augusta. O empreendedorismo à luz da tradição marxista. **Em Pauta**, v. 16, n. 41, p.107-121, 2018. Disponível em:

<https://doi.org/10.12957/rep.2018.36687>.

Acesso em: 07 dez. 2025.

Sobre as autoras

Vanessa Melo de Jesus  
vanessa.mjesus@gmail.com

Mestra em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA/Unifesspa).

Laila Mayara Drebes  
drebes.laila@unifesspa.edu.br

Doutora em Extensão Rural, Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA/Unifesspa).

AGRADECIMENTOS

Às mulheres da Associação de Mulheres Camponesas Filhas da Terra da APA do Igarapé Gelado.